



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciência Política**

Víctor Ribeiro Leivas Dias Ferreira Armond

*Um Estado sem nação: o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX*

Brasília

2016

VÍCTOR RIBEIRO LEIVAS DIAS FERREIRA ARMOND

*UM ESTADO SEM NAÇÃO: O IHGB E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
NACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX*

Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Ciência Política na Universidade de Brasília.

Professor orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Examinador:

**Brasília**

**2016**

**VÍCTOR RIBEIRO LEIVAS DIAS FERREIRA ARMOND**

**14/0078118**

***UM ESTADO SEM NAÇÃO: O IHGB E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
NACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX***

Monografia submetida ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de  
Brasília, sob a orientação do Professor Dr.  
Paulo Cesar Nascimento, como requisito à  
obtenção do grau de bacharel em Ciência  
Política.

---

**Professor Dr. Paulo César Nascimento**

**(Universidade de Brasília)**

---

**Brasília**

**2016**

## **RESUMO**

O presente trabalho procura analisar a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, com o objetivo de mostrar o caminho seguido por este órgão para construir uma identidade nacional brasileira, que buscava o reconhecimento internacional, inserindo o Brasil, no seio da moderna civilização ocidental. O discurso construído pelos intelectuais do IHGB valorizava os aspectos singulares da nação brasileira, como a miscigenação, e os aspectos herdados de Portugal, pois estes nos aproximariam do mundo civilizado europeu. O IHGB cumpria seu papel de colaborar na construção da identidade nacional de um povo, cujo Estado nasceu antes da nação. O pensamento do instituto do que seria a identidade nacional brasileira foi divulgado em livros, e artigos, e em especial na Revista do IHGB, e como poderemos observar, ao longo deste trabalho, chegou quase intacto aos dias de hoje.

**Palavras-chave:** IHGB; Nação; Identidade nacional; Nacionalismo; Século XIX; Brasil; Reconhecimento; Modernidade; Estado.

## Índice

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	6
CAPÍTULO 1) O NACIONALISMO E SEUS TEÓRICOS.....	9
1.1. Breve apresentação das origens do termo .....	10
1.2. Giambattista Vico e Johann Gottfried Herder.....	11
1.3. John Stuart Mill .....	13
1.4. Ernest Renan .....	14
1.5. Lorde Acton .....	15
1.6. Ernest Gellner.....	16
1.7. Eric J. Hobsbawm .....	16
1.8. Benedict Anderson .....	17
1.9. Liah Greenfeld .....	18
1.10. Martin Adamec e sua síntese conceitual .....	20
CAPÍTULO 2) O IHGB E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO .....	22
2.1 Origens do IHGB .....	23
2.2. Nacionalismo e historiografia oficiais no IHGB .....	25
2.3. Origens nacionais portuguesas .....	30
2.4. Elementos singulares e obstáculos frente à inserção na modernidade .....	36
CAPÍTULO 3) IDENTIDADE NACIONAL E RECONHECIMENTO .....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a construção da identidade nacional brasileira a partir da historiografia produzida pelo Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB) entre 1839-1889. A pesquisa é essencialmente qualitativa, utilizando as técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa documental para a consolidação deste objetivo. Por questões metodológicas o maior foco foi direcionado para a análise do material de cunho historiográfico publicado pelo IHGB na sua Revista<sup>1</sup>, desde sua fundação, até o fim do Império, principalmente os textos elaborados pelos próprios sócios deste órgão. A opção do recorte temporal selecionado deve-se ao forte vínculo existente entre a instituição e o Estado imperial brasileiro, evidenciando seu papel de destaque no nacionalismo oficial elaborado no período. O conteúdo publicado na revista do IHGB foi selecionado como fonte por representar o pensamento de uma elite detentora de poder para escolher os tópicos e assuntos dignos de serem apresentados e discutidos. A revista do IHGB, naquele momento histórico, era considerada o principal canal de divulgação da história brasileira.

O Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, foi o órgão encarregado, ao longo do século XIX, de institucionalizar o conteúdo historiográfico no Brasil, consolidando-se como o lugar de referência para se pensar, escrever e discutir a história brasileira. A escrita da história nacional leva a escolhas, recortes, interpretações, uso de linguagem própria e segue interesses particulares.

Para compreender o exercício realizado por este órgão no período abordado é necessário contextualizá-lo no processo de formação das nacionalidades e nacionalismos no mundo ocidental.

Os nascentes Estados nacionais modernos buscavam um passado imemorial, um passado comum capaz de reforçar o sentimento de pertencimento entre seus membros, considerado a base da edificação nacional. Neste contexto histórico, os estados e dinastias governantes tinham o objetivo de consolidarem um nacionalismo oficial, refletir, garantir e conservar seu poder. Assim, o Estado seria um dos maiores interessados na exaltação do passado para construir uma nação. A História tinha o papel de contribuir como

---

<sup>1</sup> Todos os volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontram-se digitalizadas no site do instituto Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

elemento identitário para a formação de nações. Temas relacionados ao nacionalismo foram o foco de estudo de diversos acadêmicos a partir de fins do século XVIII em diante.

O Brasil, ainda hoje, carece de estudos acerca do fenômeno do nacionalismo e da questão da construção nacional brasileira. A identidade nacional é capaz de dar sentido e pertencimento aos cidadãos, criando laços emocionais e assegurando prerrogativas políticas, bem como fornecem norteadores de localização e sentido no mundo. Como já dito, o IHGB tinha como um de seus norteadores efetivar um projeto de consolidação da nação brasileira. Desta forma se buscou destacar quais seriam os seus elementos definidores, capazes de diferenciar o Brasil das demais nações. O presente trabalho priorizou a análise dos textos que representavam um esforço de pensar as origens e o ser da nação brasileira, destacando a sua singularidade.

A primeira parte do trabalho é constituída de uma apresentação teórica das origens da diversidade cultural e nacional, e expõe o pensamento de alguns autores que abordaram a temática ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. O intuito foi apresentar o fenômeno do nacionalismo como uma narrativa, um discurso capaz de vincular elementos identitários autóctones e singulares a empreendimentos ideológicos que visam formar e consolidar a ideia de nação em um meio social, sendo sua difusão dependente de meios estruturais específicos, como a existência de um Estado centralizado, um sistema educacional amplo e público, bem como a popularização de veículos impressos devido à emergência do capitalismo editorial.

O trabalho que serviu como base para o primeiro capítulo foi a tese de doutorado de Martin Adamec:<sup>2</sup> *A identidade nacional brasileira um projeto ressentido*. O autor trata neste trabalho do fenômeno do ressentimento, e seu potencial para formar as bases emocionais que sustentam uma nação. Sua pesquisa é importante, pois fornece uma vasta exposição teórica sobre o tema do nacionalismo<sup>3</sup>, realizando uma exaustiva, porém não taxativa exposição de diversos intelectuais que se debruçaram sobre o tema proposto. Pela natureza do presente trabalho, não focaremos na questão do ressentimento, mas sim no discurso historiográfico do IHGB e a construção da identidade nacional brasileira, tendo

---

<sup>2</sup> ADAMEC, Martin. *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. Brasília: UnB/IPOL, 2014. Tese de Doutorado

<sup>3</sup> Em sua tese, Adamec expõe os argumentos dos seguintes autores quanto ao nacionalismo: Giambattista Vico, Johann Gottfried Herder, Giuseppe Mazzini, John Stuart Mill, Ernest Renan, Lorde Acton, Karl Marx, Friedrich Engles, Otto Bauer, Stálin, Carlton Hayes, Hans Kohn, Miroslav Hroch, Ernest Gellner, Eric J. Hobsbawm, Benedict Anderson, Antony D. Smith, Liah Greenfeld, Walker Connor e Craig Calhoun.

como foco a busca de reconhecimento perante as demais nações ocidentais modernas no século XIX.

O segundo capítulo, por sua vez, debruça-se sobre a produção historiográfica do IHGB. É feita uma breve trajetória política do instituto, com o intuito de mostrar sua conexão com uma parte da elite política brasileira, que participava do projeto de centralização do estado brasileiro e a construção da nação segundo os moldes modernos ocidentais. A concepção de história adotada pelo órgão também é abordada, mostrando o uso de metodologias vigentes no continente europeu do período, tidas como basilares para a produção de um conhecimento legítimo e científico. Por fim, são assinalados os principais elementos utilizados para definir a identidade nacional brasileira nos artigos da Revista do instituto, a partir da interpretação dada pelos sócios sobre a atuação portuguesa na formação do Brasil, do debate sobre a possibilidade ou não da inclusão do brasileiro no mundo moderno. Ressalta-se que foi feita a opção de modernizar a grafia das fontes citadas com o intuito de tornar a leitura mais dinâmica e agradável.

O terceiro capítulo busca relacionar a produção historiográfica do instituto com alguns dos elementos trabalhados pelos teóricos apresentados na primeira parte da pesquisa; com o intuito de verificar se as ideias defendidas pelos sócios do IHGB estavam, ou não, observando as questões suscitadas por estes autores na construção da nacionalidade brasileira. Assim, brevemente problematizamos o tema abordado, tendo em mente a busca do reconhecimento da identidade nacional brasileira. As considerações finais retomam algumas das conclusões parciais obtidas ao longo do trabalho, conferindo-lhe maior unidade e coesão.



## CAPÍTULO 1) O NACIONALISMO E SEUS TEÓRICOS

O nacionalismo, apesar de ser um fenômeno político recente, foi capaz de influenciar, direta ou indiretamente, muitos aspectos sociais e políticos do mundo contemporâneo, em especial nos dois últimos séculos (NASCIMENTO, 2001; ADAMEC, 2014). Contudo, foi pouco explorado pela teoria política, e não há um grande teórico definidor do mesmo, nem mesmo um consenso sobre sua definição. Mesmo assim, existem estudos robustos, e bem fundamentados nesta área, que é caracterizada por sua heterogeneidade. Segundo Nascimento:

“Embora o fenômeno tenha recebido pouca atenção dos grandes pensadores da modernidade – como Marx, Nietzsche, Weber, Durkheim e Freud, desde os 1950 a literatura a respeito tornou-se tão diversificada que desafia qualquer esforço de sínteses. Além disso, não existe qualquer consenso acadêmico ou definição paradigmática sobre o que seja nacionalismo” (2001:33).

Adamec possui o mesmo entendimento ao afirmar que “A ausência de uma figura de autoridade como os autores citados, entretanto, torna o campo bastante heterogêneo e fragmentado, faltando-lhe coerência e marco teórico comum.” (2014:17). Os próprios conceitos de nacionalismo, nação e identidade nacional são apresentados por diferentes autores segundo abordagens distintas, muitas vezes causando confusão em sua operacionalização conceitual. Apesar de se relacionarem e versarem sobre o mesmo fenômeno, tais noções podem não significar a mesma coisa. Cada autor faz uma definição dos conceitos de forma singular, dando maior importância a um ou outro elemento, segundo diferentes teorias e modelos utilizados.

Martin Adamec (2014) buscou delimitar estes conceitos. Assim, tratou a identidade nacional como uma espécie de identidade coletiva, pautada por uma percepção de pertencimento a um grupo – no caso a uma nação, sendo necessário o desenvolvimento de laços emocionais, pautados por noções de solidariedade, capaz de guiar as relações sociais dos indivíduos. A nação seria um grupo de pessoas que incorpora tanto as identidades quanto os projetos políticos de seus constituintes, e é guiada por noções organizativas, sendo capaz de articular as pautas identitárias com os sistemas ideológicos. O nacionalismo, por sua vez, é compreendido como a defesa de seus elementos identitários próprios e da nação, é ainda visto como a conversão destes elementos em uma ideologia própria (*Idem*:18).

A seguir serão apresentados alguns teóricos do nacionalismo, principalmente aqueles, que trataram desta questão, nos séculos XIX e XX. Não será o foco realizar o um

estudo exaustivo dos autores, pois a intenção é apresentar alguns autores e verificar em que medida o projeto historiográfico do IHGB correspondia, ou não, com o pensamento destes autores. Desta forma, focaremos na apresentação de Giambattista Vico e Johann Gottfried Herder em um primeiro momento para depois apresentarmos alguns autores do século XIX: John Stuart Mill, Ernest Renan e Lord Acton. Dos pensadores do século seguinte, serão apresentados Ernest Gellner, Eric J. Hobsbawm, Benedict Anderson e Liah Greenfeld.

### **1.1. Breve apresentação das origens do termo**

Reinhart Koselleck (2006), J. Pocock (2009, 2013) e Quentin Skinner (1996) são historiadores que trabalham com a história dos conceitos e sua significação em determinados contextos históricos. Os conceitos representam uma dada experiência humana, e mudam conforme seu lugar geográfico e tempo histórico. A mudança na sua significação pode ser vista como uma mutação do seu objeto ou uma nova interpretação atribuída pela comunidade que o usa.

Adamec afirma que o conceito de nação, de origem do latim *natio*, era utilizado em Roma, para se referir a um grupo de pessoas vinculadas pelo nascimento, sendo formada por estrangeiros em sua maioria (2014:21). Este mesmo autor, e também Nascimento (2001), veem na formação dos estabelecimentos universitários o uso do termo *nationes* para se referir aos estudantes que vinham de uma mesma região. No século XVII, Nascimento afirma que o termo tornou-se popular, fazendo referência a habitantes de um determinado país, independentemente de sua formação cultural ou étnica (2001:35).

Em fins do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa, a noção começou a confundir-se com “povo” e também com o Estado. A popularização dos direitos e das prerrogativas do cidadão – conquistas populares de lutas por busca de reconhecimento, soberania e autodeterminação – levou ao uso do termo nação para se referir a todos os cidadãos de um mesmo Estado (*Idem*: 35).

Contudo, esta noção gerou problemas, uma vez que em um mesmo território podem existir diversas particularidades culturais. Estas seriam capazes de gerar laços sentimentais e teriam reflexos nas identidades políticas e na concepção de cidadão até então vigentes.

Para Martin Adamec:

“(…) concomitante ao desenvolvimento do conceito de nação e sua gradual abrangência de povo, principalmente ao longo do século XVIII, o termo cultura ganha substância e relevo. (...) trata-se da soma de todas as características voluntárias e involuntárias de dada comunidade, suas crenças, tradições, mitos, valores, normas de conduta e interação social, entre outras. (...) forma-se por influência do meio físico (geografia, clima), de características “gerais da raça humana” e, (...) da interação recíproca entre os membros dos diferentes grupos.”(2014:24).

Apesar da equivalência conceitual entre nação, povo, cultura e Estado buscarem abranger toda a população de um mesmo território, os agrupamentos de indivíduos ainda não possuíam consciência de suas próprias particularidades, e estas também não eram disseminadas ou guiadas por elementos ideológicos. Até o início do século XVIII, a nação era tida em “(...) sua identidade nacional básica, cultural, sem repercussões marcantes em termos ideológicos. (...) a estrutura de integração das massas ainda inexistia.” (*Idem*:25).

## **1.2. Giambattista Vico e Johann Gottfried Herder**

Giambattista Vico (1688-1744) tem como força motora da história, e também da organização política e social humana, o desenvolvimento e a melhora do ser humano. As distintas edificações humanas, em termos estruturais, ao longo da história dariam origem às diferenças culturais entre as sociedades (WILSON, 2006; ADAMEC, 2014).

O indivíduo para este autor não é imutável ou estático, e é sujeito a transformações através de relações com outros de sua espécie e com o meio onde habita. Este ser possui uma elevada capacidade criadora, tanto no plano da história quanto nas instituições sociais. Para expressar sua cultura, o homem faz uso da linguagem, elemento primordial para a identificação de uma cultura singular (ADAMEC, 2014:26).

Vico estabelece um modelo de desenvolvimento cíclico, que diz respeito ao crescimento e à degeneração de diferentes culturas humanas. Todas as sociedades se submetem a um determinado ciclo histórico, que abrange tanto a ascensão de uma sociedade quanto o seu exaurimento. Adamec enxerga nas ideias deste autor a inclusão do homem em um processo social maior e específico, onde o homem cria e se forma em sociedade, sendo sua principal ferramenta a linguagem (*Idem*:27). As relações, tanto intra quanto interculturais humanas, são incluídas em um esquema cíclico da história das sociedades, onde os agrupamentos humanos de forma continuada se regeneram e se esgotam novamente.

Johann Gottfried Herder (1744-1803) enxerga uma tensão existente entre o passado, o presente e o futuro. Assim como Koselleck (2006), este autor afirma que o presente, um tempo histórico específico, apenas pode ser compreendido com uma interpretação das experiências passadas e com o estudo das expectativas reais com o futuro. Assim como Vico, o homem para Herder está em uma contínua busca de aprimoramento, alcançado apenas em grupo mediante a sociabilidade e interação com outros.

A linguagem humana figura como uma necessidade, e não apenas um instrumento comunicativo, capaz de refletir a singularidade e a complexidade dos indivíduos ao interagirem em seus meios (ADAMEC, 2014:28; BERLIN, 1982). A linguagem estaria diretamente associada ao pensamento humano, e só é compreensível se for utilizada em um meio coletivo. Ressalta-se que a mentalidade do indivíduo é moldada pelo seu contexto, sendo fruto de experiências vividas e construída de forma cultural. “As condições de vida (...) causam, em conjunto, a diferenciação individual e histórica dos seres humanos, influenciando nas capacidades contextuais e reflexivas que, (...), condicionam a consciência e a língua.” (ADAMEC, 2014:29). Tanto a língua quanto a consciência se influenciam mutuamente, resultando na expressão de uma cultura específica, que pode ser considerada como uma identidade nacional (*Idem*).

A partir desta relação é que o indivíduo se integra ao grupo, à sua nação. O indivíduo em si somente pode ser verdadeiramente compreendido, quando considerado em uma coletividade. É por meio do uso de sua própria língua, específica e singular, que um grupo, ou uma nação, pode apresentar sua singularidade, sendo ela que permite a expressão de suas experiências. Uma nação pode ser considerada, desta forma, um ser dinâmico formado por um conjunto de indivíduos, unidos por uma cultura e linguagem próprias.

Segundo Berlin (1982), Herder afirma que a cultura de certo povo apenas pode ser compreendida em sua totalidade na singularidade de cada agrupamento coletivo. Cada povo, por possuir sua específica forma de ver o mundo, apenas pode ser analisado segundo seus próprios valores. O próprio contexto é que determina as diferenças culturais humanas. Neste sentido, a construção de uma nação ocorreria internamente, em seu meio e por sua própria agenda, sendo a melhora do ser humano atingido por intermédio das interações de diferentes nações (ADAMEC, 2014:32).

Para este autor, a nação é constituída pela comunicação dos indivíduos em seu ambiente, capaz de criar culturas e linguagens singulares – sendo nas expressões culturais presentes os elementos autênticos de uma certa nacionalidade. Contudo, em fins do século XVIII e no alvorecer do seguinte, era penoso encontrar uma única cultura vinculada à apenas um povo num certo território. A regra era a existência de diferentes grupos humanos em um mesmo meio, tanto social quanto político, o que inviabilizava a plenitude de aplicação das ideias de Herder.

### **1.3. John Stuart Mill**

John Stuart Mill (1806-1873) defendia a união de apenas uma nação a um único Estado, representativo e liberal. Para que um Estado pudesse operar de forma adequada e assegurasse tanto as liberdades quanto os direitos dos cidadãos seria necessário que a população sob seus cuidados possuísse uma única identidade e opinião (MILL, 1981).

Para Martin Adamec esta formulação é eminentemente teórica e incapaz de ser realizada em sua plenitude, tendo Mill noção disto (2014:39). O local de onde escreve Mill – Europa do século XIX – experimentava a mistura e existência de distintas nacionalidades sob um mesmo governo.

A nação para este autor é um agrupamento de indivíduos conectados por laços comuns, que incentiva a interação entre os membros e os faz visarem um modelo de autogoverno. Estes laços emocionais podem ser étnicos, linguísticos ou religiosos, mas também de experiências políticas comuns e de uma história própria (*Idem*:40). Assim, o sentimento de nacionalidade levaria a uma legitimação dos anseios de buscar um governo próprio e único para sua própria nação.

Ao abordar as misturas nacionais, o autor ressalta o valor da conquista ou da assimilação de um grupo nacional por outro, o que pode gerar consequências positivas ou negativas dependendo de cada situação. Caso uma sociedade mais civilizada, avançada e moderna, fosse capaz de absorver outra de forma pacífica, e que conservasse a liberdade do outro povo, este seria uma mistura positiva, que deveria ser encorajada para desenvolver os povos menos avançados. O cenário contrário, onde um povo atrasado subjugasse um mais desenvolvido, deveria ser visto como negativo. Desta fora, a coexistência de distintas nações deveria focar no desenvolvimento dos povos e assegurar as liberdades individuais e coletivas. (*Idem*:41).

Apesar de se dedicar ao aperfeiçoamento do homem e à sua capacidade criativa, tanto no âmbito individual quanto coletivo e nacional, o autor sustenta uma concepção de identidade liberal e política abrangente, além dos elementos autênticos e emocionais que integram uma comunidade. Os elementos singulares de cada povo, como sua cultura seriam passíveis de adaptação frente aos contextos e necessidades dos indivíduos. O principal para Mill é a garantia de liberdades e direitos para os indivíduos dentro de uma nação, conectando a concepção de identidade nacional aos termos ideológicos – no caso o autor advoga em favor do liberalismo.

#### **1.4. Ernest Renan**

Ernest Renan (1823-1892) evidencia a temática da voluntariedade dos laços que integram as identidades nacionais, que são altamente elásticas.<sup>4</sup> Este autor defende que as nações da Europa da modernidade eram formadas por grupos detentores de elementos comuns, sejam étnicos ou biológicos, expressos em uma comunhão cultural e linguística. Contudo, o que uniria uma nação seria a sua história, marcada pela memória e pelo esquecimento coletivo (ADAMEC, 2014:42).

Dado que no contexto europeu a regra era a mistura racial nos componentes nacionais, a raça, para este autor, deveria ser interpretada segundo seus elementos históricos e, também culturais, passíveis de adaptações, pois são construções sociais. O elemento linguístico, por sua vez, também não é capaz de assegurar uma união em termos nacionais, uma vez que seu uso é estabelecido segundo padrões culturais. Assim, não há, para Renan, critérios objetivos capazes de definir ou mesmo de sustentar uma nação.

O que uniria uma nação seria o seu elemento ideológico. Não sendo possível apreender a nação nestes termos,

“(…) Renan a vê como uma espécie de princípio espiritual, formado de dois elementos interligados – um legado de memórias em comum e uma vontade, um consentimento em viver juntos, buscando proteger e perpetuar este legado. (...). A nação seria assim uma construção história, calcada num passado glorioso, ou de sofrimento e desonra comum (...). Seria uma espécie de solidariedade em larga escala, constituída pelo sentimento de sacrifício que se fez no passado e que se está disposto a repetir no futuro.” (ADAMEC, 2014:44).

---

<sup>4</sup> RENAN, Ernest. “O que é uma Nação?”. Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2016.

Portanto, Renan apresenta a nação como uma construção social, e, portanto, fruto de contextos históricos específicos. O seu aspecto exclusivo estaria por seus elementos singulares, autóctones e os laços emocionais que a sustentam.

### 1.5. Lorde Acton

John Emerich Edward Dalberg-Acton<sup>5</sup> (1834-1902), mais conhecido como Lorde Acton, sustentava que a nacionalidade almejava realizar certas ideias societárias, de longo prazo, a partir de certos projetos positivos. Assim, a o fenômeno do nacionalismo estaria incrustado de ideologias, passível de instrumentalização para os mais diversos fins e capaz de mobilizar um grande número de pessoas. Este elemento ideológico se traduzia como uma reação ao absolutismo, que obstaculizava a autodeterminação de distintos grupos humanos (ADAMEC, 2014:45).

O nacionalismo francês, originado e propagado após a Revolução Francesa, guiava-se pela noção de atribuir ao povo a fonte do poder de um estado, sendo esta legitimidade assegurada pela integridade e união da nação. A nação que visaria assegurar a soberania popular era estritamente racional, não se vinculando à defesa de direitos individuais singulares ou pela preservação de elementos históricos e culturais comuns. O nacionalismo inglês possuiria uma perspectiva mais plural, que almejava uma harmonia ao invés de unidade, tendo em consideração suas tradições históricas. A nação seria uma garantia da liberdade dos indivíduos, servindo como fonte de controle do poder estatal e sendo um dos pilares do autogoverno (*Idem*:46).

O receio de Acton versava sobre o predomínio da versão francesa de nacionalismo, que ameaçava a liberdade dos povos e sua integridade em prol do desenvolvimento estatal<sup>6</sup>. Nesta vertente, a nação poderia ser utilizada como laço emocional construído para manipular um povo em prol do interesse de uma restrita elite. O nacionalismo, para este autor, seria um fenômeno moderno capaz e construir nações segundo projetos de grupos específicos, sem ter como requisito origens étnicas comuns. (*Idem*:47).

---

<sup>5</sup> Acton, Baron. *The History of Freedom and other essays*. London: Macmillan and Co. LIMITED, 1907. Uma transcrição deste livro está disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/acton-the-history-of-freedom-and-other-essays>. Acesso em 25 de maio de 2016.

<sup>6</sup> No mesmo sentido, Tocqueville advertia, também em seu tempo, sobre os riscos que a Revolução Francesa trazia para os povos dado seu forte elemento centralizador. TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo Regime e a Revolução*. Brasília: ED.UnB, 1982.

Segundo Acton, o nacionalismo poderia ser tanto positivo quanto negativo. Este último focaria em uma atuação coletiva, não levando em consideração as tradições históricas, culturais e políticas de uma sociedade; enquanto o primeiro, de cunho liberal, buscaria a defesa e valorização dos indivíduos e seus direitos e liberdades. Os elementos singulares de um povo poderiam ser deixados de lado por projetos nacionalistas revestidos de ideologia.

### **1.6. Ernest Gellner**

O foco de análise de Ernest Gellner (1926-1995) é a evolução da tomada de consciência nacional, a associação que leva à construção de uma determinada nação.<sup>7</sup> Este processo seria o nacionalismo, norteado de caráter político, que busca unir uma nação com um Estado, em uma comunhão de fronteiras comuns em termos políticos e nacionais.

Uma nação, segundo este autor, pode ser vista como um agrupamento de homens detentores de uma cultura comum, disseminada por todo o corpo social a partir, principalmente, da educação. A nação seria uma consequência do nacionalismo, um resultado possível de necessidades de um tempo histórico específico e da existência de elementos estruturais básicos (ADAMEC, 2014:69). O nacionalismo surge para consolidar uma determinada homogeneidade cultural no corpo social, que busca o desenvolvimento de sua sociedade, também em termos econômicos.

O objetivo do nacionalismo para Gellner é o de construir nações através de elementos históricos comuns, existentes e selecionados ou até mesmo criados por elites culturais. As identidades nacionais, desta forma, não seriam originais, uma vez que estas são projetos de apenas uma parcela da população, tendo correspondência com a cultura das elites de certas sociedades. Neste sentido, as identidades nacionais são reflexos e resultados de projetos ideológicos nacionalistas de cunho elitista (*Idem*:70).

### **1.7. Eric J. Hobsbawm**

Hobsbawm (1917-2012), conhecido historiador britânico, descreve o fenômeno do nacionalismo e a consolidação das nações como fenômenos recentes na história humana, com origem na Europa contemporânea a partir de fins do século XVIII em diante. O nacionalismo, como perspectiva ideológica, seria capaz de construir tradições históricas que legitimam a consolidação de uma determinada nação em certo contexto

---

<sup>7</sup> GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.



histórico, sendo este processo atrelado à formação do Estado moderno. Para este autor, as nações também são frutos dos nacionalismos (1990; 2015).

A construção do Estado-Nacional, nestes termos, ocorreria em um contexto onde houvesse o respaldo das estruturas necessárias para tal projeto: o do capitalismo industrial, capaz de difundir de forma massiva os elementos identitários pela imprensa (capitalismo editorial), ensino público e trocas econômicas em grandes níveis (ADEMEC, 2014:71). Quanto aos elementos comuns, singulares e objetivos, capazes de transformar um povo em nação, está o uso comum de uma língua, bem como uma etnia, religião ou pertencimento a uma mesma região (HOBSBAWM, 1990). A estes elementos o autor dá o nome de protonacionais, que podem servir como instrumentos nos projetos nacionais levados ao cabo pelas elites.

Uma vez que uma identidade nacional nem sempre versará sobre todos os elementos populares, faz-se mister uma mobilização nacional para a propagação de uma consciência coletiva nacional comum. Assim, através da busca de uma homogeneidade cultural numa certa sociedade e território, é que se torna possível, através da ideologia, consolidar uma nação. Apesar de discorrer sobre laços emocionais e vínculos solidários, Hobsbawm fala que estes podem ou não estarem presentes em um projeto de construção nacional, contudo não são requisitos necessários (ADAMEC, 2014:72).

### **1.8. Benedict Anderson**

Benedict Anderson (1936-2015), em sua consagrada obra *Comunidades Imaginadas*,<sup>8</sup> afirma que os conceitos referentes à nação, nacionalidade e nacionalismo são de difícil definição e análise (2013:28). Assim, sua tese parte do pressuposto de que tanto a nacionalidade quanto o nacionalismo, e conseqüentemente a identidade nacional, são produtos culturais singulares frutos de forças históricas do final do século XVIII, possuindo nos dias atuais uma forte legitimação e fundo emocional, e uma forma modular capaz de ser transplantada para diferentes ambientes (*Idem*:30).

A nação, para este autor, seria uma comunidade política imaginada, e por isso mesmo também limitada e soberana, no sentido de ser um produto da força criativa do homem. A nação é imaginada, pois seus membros, por mais que não venham a conhecer

---

<sup>8</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

todos os seus participantes, têm em mente a imagem viva de sua coletividade, o que evidencia o que a nação é, antes de mais nada, uma construção. Ela é também limitada porque mesmo a maior das nações encontra-se delimitada por fronteiras finitas, por mais que estas possam ser elásticas em alguma medida. A soberania deve-se à concepção de nação, que apenas foi possível no período em que o Iluminismo e a Revolução Francesa, em que visavam deslegitimar as formas de governo hierárquicas e dinásticas, para garantir as liberdades individuais e/ou coletivas. Por fim, o uso do termo comunidade diz respeito à sua concepção de camaradagem horizontal, de uma fraternidade entre os seus membros, estabelecidas pelas raízes culturais comuns de seus participantes. (*Idem*: 32-43; ADAMEC, 2014:73).

As nações teriam surgido num período de modernização que levou ao exaurimento das comunidades religiosas e organizações políticas dinásticas vigentes até então, e ao desenvolvimento de novos instrumentos, sejam intelectuais ou tecnológicos. O desenvolvimento do capitalismo de imprensa, e sua elevada capacidade de disseminação de ideias a partir de veículos impressos, viabilizou uma alfabetização em larga escala, bem como aumentou a circulação de ideias a nível global. A percepção temporal, antes tida como vazia e homogênea, foi alterada pela modernidade, pautando-se pela ideia de simultaneidade (ANDERSON, 2013:35-70; ADAMEC, 2014:74).

Para Anderson a construção nacional foi possível graças aos elementos acima apresentados, diretamente vinculados ao crescimento do capitalismo. A nação busca preencher um vazio deixado pelos modelos anteriores, buscando unir os indivíduos segundo elementos comuns. Diferente de outros autores, Anderson localiza a origem deste processo de construção nacional nas colônias espanholas do continente americano, entre os séculos XVII e XVIII. Este intelectual enxerga no desenvolvimento de laços afetivos, sentimentais, os elementos capazes de articular elementos identitários existentes em prol da construção de uma identidade nacional específica que consiga estruturar, de fato, uma nação (*Idem*).

### **1.9. Liah Greenfeld**

Liah Greenfeld (1954 - ) compreende o fenômeno do nacionalismo de forma abrangente, o que possibilita abarcar em seu seio as ideias de nação e de identidade nacional.

“ A palavra “nacionalismo” é aqui utilizada como um termo de cobertura sob o qual se encontram os fenômenos com ela relacionados da identidade (ou nacionalidade) e da consciência nacionais, e as colectividades baseadas nela – nações; ocasionalmente é empregue para referir a ideologia articulada em que a identidade e a consciência nacionais assentam, embora não (...) a variedade politicamente activista, xenófoba, do patriotismo nacional, que frequentemente designa. ” (GREENFELD, 1998:13).

A noção de identidade nacional não possui outras formas correlatas de identidades coletivas: é algo próximo de um princípio organizativo. Cabe à nacionalidade atrelar o indivíduo a um determinado grupo humano (ADAMEC, 2014:79). Segundo Greenfeld:

“A especificidade do nacionalismo, aquela que distingue nacionalidade de outros tipos de identidade, deriva do facto de o nacionalismo localizar a fonte da identidade individual no interior de um “povo”, que é visto como portador de soberania, o objeto central da lealdade e a base da solidariedade colectiva. O “povo” é a massa de uma população (...) maior do que qualquer comunidade concreta e sempre como fundamentalmente homogénea e apenas superficialmente dividida (...). Esta especificidade é conceitual. O único fundamento do nacionalismo como tal, quer dizer, a única condição sem a qual nenhum nacionalismo é possível, é uma ideia; nacionalismo é uma perspectiva ou estilo de pensamento particular. A ideia que se encontra no âmago do nacionalismo é a ideia de nação. ” (GREENFELD, *Idem*).

O conceito de nação teria tido diferentes significados ao longo da história e em diferentes contextos. Fazendo uso do que denomina do “Padrão zigzague da modificação semântica”, a autora mostra a evolução deste termo (*Idem*:15-20). Teria sido a partir do século XVI, em solo inglês, que ocorreu a vinculação do termo nação com a ideia de um povo soberano, em detrimento de sua vinculação com segmentos sociais elitistas. A partir do século XVIII, sob o impacto da Revolução Francesa, a ideia de nação seria passível de importação por outros países devido ao seu suposto “êxito”, relacionando o termo com as singularidades – étnicas, políticas e geográficas – de um povo em certo território.

O uso deste modelo por outros países, em seu processo de formação de nacionalismos específicos, passaria por três fases, cada uma apresentando requisitos necessários para a importação do modelo (*Idem*:26). A fase estrutural é caracterizada pela existência de atores políticos e sociais influentes, capazes e com interesse em adotar uma nova identidade ou modificá-la, por insatisfação com as identidades vigentes ou por seu exaurimento. A fase cultural corresponde à prévia existência de elementos culturais anteriores à nação, capazes de adaptar os componentes do modelo importado. Por fim, a fase psicológica, diz respeito a uma:

“(...) reação à inferioridade suposta a partir da própria necessidade de importação e adaptação de um modelo estrangeiro; por mais que, genericamente, o carácter

psicológico das classes importadores em questão seja crucial, Greenfeld se refere (...) à presença ou não de ressentimento e da transvaloração de valores.” (ADAMEC, 2014:81).

Por este modelo proposto, depreende-se que um agrupamento de pessoas descrentes com sua realidade em um determinado território enxerga em um modelo identitário nacional estrangeiro uma opção para vencer suas dificuldades. Desta forma, os indivíduos decidem importar o modelo, moldando-o segundo suas necessidades, características e cultura. Contudo, a parcela de indivíduos que opta por importar um modelo de identidade nacional enxerga-se como inferior, e ressentem-se deste fato. O ressentimento atuaria, então, de forma criativa, ao transformar a escala de valores que manifestam sua inferioridade e a modificam segundo seus interesses, passam a ver o que não é possível de cópia ou de ser alcançado como negativo – esta é a transvaloração de valores (*Idem*).

O nacionalismo, visando consolidar uma nação, deve utilizar também elementos objetivos, singulares, protonacionais (fazendo referência a Hobsbawm) e comuns aos indivíduos: quanto ao território, à religião, à história ou aos elementos étnicos, por exemplo. A autora faz uma diferenciação entre nacionalismo cívico e étnico. O primeiro é vinculado a uma perspectiva aberta, voluntarista e cidadã, enquanto a segunda é inerente, não podendo ser adquirida ou modificada caso não a tenha (GREENFELD, 1998:21).

#### **1.10. Martin Adamec e sua síntese conceitual**

Martin Adamec (2014) realiza uma longa revisão bibliográfica dos principais autores que abordaram a questão do nacionalismo, seus principais elementos e configurações. O seu intuito foi encontrar fundamentos teóricos capazes de trabalhar o nacionalismo de forma multidimensional, relacionando a nação com identidades específicas, ideologias e com o uso de laços emocionais (ADAMEC, 2014:88).

Cada autor faz sua análise, nos contextos em que se encontram inseridos, levando em consideração as tendências do momento em que escrevem. A ideia de que a nação é uma construção humana dentro de um contexto específico encontra-se presente desde os trabalhos de Vico e Herder. Em seguida, Mill e Lorde Acton vinculam este termo à solidificação do Estado nacional moderno.

Já no século XIX, Ernest Renan enfatiza a questão da consciência humana e da ideologia a nível nacional, capazes de empregar características identitárias a distintos projetos políticos. Por sua vez, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm apresentam a nação como uma das consequências da ascensão do modelo capitalista, onde a nação figura como um projeto de elite para assegurar seus interesses. Benedict Anderson adota abordagem diversa, focando principalmente nos aspectos subjetivos que compõem uma nação, dando ênfase nos elementos culturais e no elemento imaginário nacional, correspondente aos laços que mantém uma nação unida (*Idem*:89).

Para Adamec, a nação:

“(...) é um discurso pelo qual deus membros articulam passado e futuro para formar um produto narrativo. É uma espécie de cultura social, que os permeia, forma e pode ser por eles reformada. No fim das contas, é o modo básico de enxergarem a si mesmos e os outros, de se localizarem no e frente ao mundo. (...) a nação seria um grupo humano específico, cuja vivência social básica, suas relações recíprocas externas e internas, estariam calcadas numa narrativa nacional. Essa narrativa, por sua vez, seria construída e reconstruída com base em elementos identitários específicos, no âmbito de um projeto político de defesa, manutenção, ou expansão da nação.” (*Idem*:89-91).

Neste sentido, os laços responsáveis por unir uma nação podem ter origens reais ou imaginadas, que dizem respeito a um passado concreto ou não. O mais importante é o papel que este passado, entendido como uma tradição possui ao unir os indivíduos: sua capacidade de levá-los a crer em algo comum. O uso dos laços requer o uso de uma ideologia para construir o discurso nacional. Aqui se encontra o elemento político da nação, em um discurso capaz de articular elementos identitários com ideologias e o sustentar através de instituições sociais, como pelo ensino e pela administração pública, por exemplo.

Adamec também concorda que um grupo de indivíduos necessita de certos elementos materiais modernos capazes de mobilizar o discurso nacional em seu contexto histórico e social. Assim, o capitalismo de imprensa, a ampliação do aparato educacional público e a centralização política, econômica e administrativa do Estado, são elementos que colaboram na disseminação de uma narrativa nacional (*Idem*:91).

## **CAPÍTULO 2) O IHGB E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**

No capítulo anterior pôde ser constatado que o nacionalismo, fenômeno complexo e multifacetado, não é utilizado apenas de forma instrumental. O seu discurso requer uma carga emocional, capaz de formar e mobilizar consciências coletivas. A sua narrativa deve articular os elementos identitários singulares e autóctones de cada povo, conferindo significado e sentido à vida dos homens em certo grupo social. Tendo como base teórica a tese de Martin Adamec, bem como sua síntese operacional dos elementos teóricos apresentados, passamos agora à uma análise da atuação do IHGB entre 1839 a 1889.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1938 no Rio de Janeiro com o apoio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), com o intuito de institucionalizar a produção historiográfica no Brasil. A iniciativa de sua criação deveu-se aos esforços, principalmente, de Januário da Cunha Barboza e Raimundo da Cunha Mattos.

Os trabalhos do IHGB ao longo do século XIX representaram o intuito de escrever a história brasileira segundo critérios metodológicos existentes na Europa daquele período. Este mesmo instituto foi marcado por um aspecto de grêmio social, onde seus membros almejavam alcançar oportunidades de distinção. Para compreender seu trabalho efetivo é mister relacionar a atuação do instituto ao processo de formação das nacionalidades e nacionalismo no ocidente ao longo do século XIX. Neste sentido, a História foi encarada como forte elemento identitário para a formação de novas nações.

A historiografia produzida por este órgão foi marcada pela política centralizadora do Estado imperial brasileiro, focando na construção da nação brasileira. Neste período, tanto políticos quanto funcionários públicos e intelectuais utilizavam seus esforços criativos para discutir tópicos que vinculassem o passado, o presente e o futuro do novo país. Neste contexto histórico, segundo Neuma Brilhante Rodrigues, o nacionalismo oficial tinha como objetivo garantir a manutenção do poder das dinastias, onde o Estado era responsável por exaltar o passado e resgatar os elementos que serviriam de base à nascente nação (2001:10).

Dentre os temas abordados pela revista do IHGB destacam-se a atenção para com as origens da nação, bem como a descoberta e construção de experiências comuns que permitissem concretizar esta noção. A busca pela identidade nacional brasileira procurava elementos que aproximassem o Brasil das demais nações modernas, tidas como

civilizadas, e também aqueles que evidenciassem as características singulares do país, de modo a diferenciá-lo. Dentre os principais tópicos, as consequências da colonização brasileira pelos portugueses, o emprego do trabalho escravo, a miscigenação e a figura do indígena representam elementos marcantes da formação da identidade nacional brasileira.

Neste capítulo buscamos compreender a construção da identidade nacional brasileira frente à produção historiográfica do IHGB no século XIX, bem como o seu projeto de nação. Assim, será realizada uma breve trajetória política do IHGB, e em seguida, será assinalada a concepção de história sustentada pela instituição, como também suas ideias-chaves definidoras da identidade nacional brasileira.

## **2.1 Origens do IHGB**

José Murilo de Carvalho (1998) evidenciou o fraco vínculo existente entre as regiões brasileiras no contexto da Independência. Este elemento foi considerado como um dos efeitos da singularidade da colonização portuguesa, em razão da falta de incentivos no estabelecimento de comunicações internas. Verifica-se, aqui, uma das preocupações da elite política brasileira: manter a unidade territorial a nível nacional, em um país que não se conhecia.

A formação comum da elite brasileira também foi outro elemento para a defesa da unidade territorial. À semelhança de Anderson (2013:92), Carvalho também enxerga na experiência comum uma garantia da construção de laços de identidade entre as diversas elites do futuro do país, baseada em uma concepção comum de visão de mundo particular. Para Bittencourt (1938:235) os membros de uma mesma geração podem comungar das mesmas ideias, devido aos laços de camaradagem e companheirismo desenvolvidos ao longo de suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Ressalta-se que a própria administração portuguesa, herdada pela brasileira, fomentava a circulação de seus funcionários entre as diversas partes de seu domínio, com o intuito de garantir uma visão de conjunto da realidade do Império para seus administradores.

A concepção de nação vigente logo antes da independência brasileira vinculava-se à nação portuguesa. O novo modelo político brasileiro buscava unir o novo e o tradicional, o autêntico e o herdado entre os dois povos de lados opostos do Atlântico (RIBEIRO, 1995; MATTOS, 1994). A opção pela monarquia buscava assegurar esta

continuidade com a Europa, apesar de buscar elencar elementos liberais em sua nova constituição.

Para a elite dirigente do novo país, o Brasil deveria ser visto como um país culto e moderno, sendo obrigatória sua inserção e reconhecimento pelo resto do mundo civilizado. Aqui cabe lembrar que a formação de um corpo de saberes próprios era considerada por Foucault como um dos requisitos da “era da governamentalidade”, para instruir o soberano e seus colaboradores a focarem na população (1999:22). O fomento de saberes como a história e a geografia eram consideradas essenciais neste processo, pois permitiam construir uma memória nacional. Neste sentido, Pollack argumenta que uma memória comum é capaz de manter e reforçar a coesão social de um grupo através de uma adesão afetiva, e não coercitiva, sendo ela capaz de fazer os indivíduos compreenderem seus papéis sociais e o seu contexto (1983:3 e 9).

Januário da Cunha Barboza (1839:12) em seu discurso de criação do IHGB ressaltou a importância e os obstáculos frente ao reconhecimento do Brasil, buscando apresentar a instituição como palatina no combate às dificuldades que reinavam no país, tais como desconhecimento de seu passado e de seu presente. A proposta mostrava a necessidade de homens habilidosos que se dispusessem a pensar o Brasil, bem como ampliar a atuação do IHGB a nível provincial. Os estatutos regimentais daquele ano colocavam como principal objetivo do IHGB a tarefa de metodizar, arquivar, e publicar os documentos essenciais à história do Império do Brasil (RODRIGUES, 2001:29).

O próprio Imperador D Pedro II participava das reuniões institucionais, tanto como ouvinte quanto como orador. Colaborou também indicando programas históricos e oferecendo prêmios a trabalhos significativos, bem como promovia concursos, e apoiava financeiramente a instituição. Guimarães (1988:9) salienta que apenas cinco anos após a fundação do IHGB este já contava com verbas do Estado no montante de 75% de seu financiamento.

A construção da identidade nacional do povo brasileiro foi associada com o fomento das letras, principalmente da história. O crescimento cultural em termos de qualidade e quantidade representava o cultivo de valores considerados como civilizados, levando o Brasil à inserção do mundo das grandes nações. Ao produzir um discurso que legitimasse a posição do país na civilização ocidental, era fundamental apontar os



elementos que caracterizavam o Brasil como independente, e singular e dentro da história da civilização.

Dentre as atribuições do órgão, estava escrever a história do país, como também analisar, criticar e validar trabalhos historiográficos de outras nações sobre o Brasil. Seria ele o responsável pelo revisionismo histórico, considerado por Anderson (2013) como um dos instrumentos do nacionalismo oficial. Para tal fim, o diálogo com instituições de natureza similar de países estrangeiros seria essencial, a partir da troca de publicações em suas respectivas revistas, participação e aceitação de membros correspondentes (FARIA, 1970). Estes elementos possibilitaram ao IHGB, ao menos até a década de 1870, ser o único espaço reconhecido e legitimado, para escrever a história nacional, sendo o seu principal veículo de comunicação: a sua revista institucional (GUIMARÃES, 1988:13).

Dentre os temas abordados pela revista encontra-se o período colonial brasileiro, o que evidencia uma preocupação com a definição dos marcos de origem da nação brasileira. Para Veloso e Madeira (1999:27) a preocupação com a colônia dizia respeito, também aos aspectos herdados dos portugueses e na percepção de como tais elementos impactariam no povo. Guimarães pontua que também as viagens de exploração, a questão indígena e os debates sobre história regional foram grandes temas abordados no período (1988:20).

O ponto principal frente aos índios era como incluí-los na civilização brasileira, bem como seu papel na formação da identidade nacional. As viagens de exploração serviam como importante fonte para se conhecer a natureza e o território, dada a escassez de dados sobre estes elementos. A história regional, por sua vez, seria o elemento capaz de integrar as regiões brasileiras.

A fundação do IHGB se deu em um contexto onde a definição da nação brasileira era um problema crucial, tornando-se um espaço onde os interesses políticos e particulares mesclavam-se ao tratar de temas nacionais. A escrita da história nacional realizada pelos sócios do instituto tinha um ponto de vista nacional com a utilização de metodologias europeias.

## **2.2. Nacionalismo e historiografia oficiais no IHGB**

Como visto, os trabalhos do IHGB envolviam o uso de história e nacionalismo, prática típica do pensamento historiográfico do século XIX. A tarefa de estudar a

realidade nacional buscava elaborar representações com o intuito de destacar as origens comuns do Brasil, seus elementos autóctones e sua posição na civilização ocidental. Francisco Paz destaca o desejo de futuro como elemento próprio desta forma de escrita da história, pelo menos em sua forma política, estando relacionado com o processo de formação dos Estados-Nações (1996:53).

O desejo de memória evidencia o esforço em consolidar uma tradição histórica capaz de explicar o Brasil e seus componentes nacionais, levando a uma representação e seleção do passado (SANDES, 2000:10). O Século XIX foi marcado pelo historicismo, onde cabia à história a compreensão da realidade, capaz de fornecer estabilidade às comunidades. O passado e seus acontecimentos tornam-se vinculados com o presente e atrelados às expectativas quanto ao futuro (CARBONELL, 1995:114). Wehling ao evidenciar o historicismo presente na narrativa do IHGB utilizou o conceito de Meinecke: uma escrita capaz de valorizar as particularidades culturais, frutos de processos históricos singulares de cada nação, a partir da empatia com o passado, com o uso de uma metodologia própria e guiada pela noção de nação. Dentre as preocupações metodológicas estariam a atenção para a veracidade dos acontecimentos abordados, o uso de fontes confiáveis e um discurso unificador (RODRIGUES, 2001:49).

Raimundo José da Cunha Mattos em seu trabalho *Dissertação acerca do sistema de escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil* (1863:137) definiu a história como uma ciência narrativa e descritiva de eventos passados e presentes, capaz de articular diferentes ramos do saber humano. O seu principal fim seria levar os homens a desenvolverem virtudes e abandonarem os vícios que atrapalham o bom funcionamento das sociedades. Destaca-se o caráter pragmático desta ciência, focada em explicar e expor os eventos, bem como capaz de orientar os cidadãos.

Dentre as fontes a serem utilizadas, Cunha Mattos (*Idem*:129) destaca as oficiais do Estado como as mais adequadas, por considerá-las mais confiáveis e pelo fato da atuação do Estado figurar como um dos principais norteadores da narrativa consolidada pela instituição. Ainda propõe uma periodização da história do Brasil em eras: a primeira deveria tratar dos autóctones ou aborígenes, a segunda do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial, e a última do processo de independência em diante.

Em seu discurso unificador, o IHGB buscava ao consolidar a identidade brasileira excluir o país dos demais países vizinhos. Os demais países latinos americanos, sob a ótica do instituto, eram considerados como excluídos da civilização ocidental, uma vez que teriam elementos inadequados, como, por exemplo, a utilização da forma de governo republicana e o abandono da hierarquia nobiliárquica, por exemplo. O Brasil seria uma continuação do processo civilizacional desenvolvido pelos portugueses enquanto os seus vizinhos teriam buscado romper com seu passado colonial e europeu. O movimento de independência brasileiro deveria ser visto como um aprimoramento cultural do país, ao mesmo tempo, que mantinha conexões com a civilização europeia. Assim, a historiografia produzida mostra-se essencialmente monarquista e centralizadora (RODRIGUES, 2001:64-66).

A história produzida tinha que ser duradoura. Logo, deveria seguir critérios científicos que lhe assegurasse maior imparcialidade e objetividade. Ao desconsiderar o passado próximo como bom objeto de estudo, devido ao baixo grau de distanciamento temporal, as discussões quanto ao período colonial seriam as mais utilizadas. As experiências comuns das diversas regiões do país foram retratadas na atuação dos funcionários do Estado português durante a administração colonial. A atuação dos jesuítas e seu tratamento com os índios teria papel fundamental.

A memória coletiva figura como um dos principais fundamentos na construção de uma nação. Como já exposto, para Ernest Renan (1996: 45) o esquecimento também é um traço essencial para a consolidação da identidade nacional. Um discurso nacional deve selecionar os aspectos que devem ser lembrados, bem como aqueles que devem ser silenciados. Dentre estes, o IHGB deixou de abordar os movimentos separatistas do período colonial, as revoltas populares em geral e os episódios que contaram como uma atuação duvidosa e violenta do Estado português.

O estudo de personagens individuais teve espaço no discurso historiográfico do instituto. Armelle Enders diferencia os personagens considerados “heróis” dos “homens ilustres”, sendo esta última categoria utilizada pelo IHGB. Ele se distinguiria dos heróis por pertencer à uma coletividade de cidadãos notáveis (ENDERS, 2000:43). Neste sentido, foram estudadas tanto pessoas que nasceram no Brasil colonial quanto àquelas que viriam a se destacar ao longo da história nacional.

Uma das maiores referências da escrita historiográfica do IHGB foi o trabalho de Karl Von Martius *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844). As ideias deste acadêmico, com formação médica, estavam de acordo com a concepção de construção do conhecimento utilizado pela instituição, ou seja, buscar valorizar os estudos da natureza e enxergar em viagens um modo de conhecer e produzir conhecimentos. Sua tese foi vencedora do concurso do ano de 1844, em que concorreu com o diplomata russo Júlio Wallestein que escreveu *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* (1882).

Von Martius enxerga a peculiaridade da nação brasileira na miscigenação da população, originada da mistura do branco, índio e negro. Contudo, a influência de cada uma das raças dependeria de seus elementos morais. Do português, seriam herdados o espírito conquistador e descobridor, capacitando o brasileiro como independente, sendo este o mais importante elemento constitutivo. Os indígenas e negros teriam colaborado com o desenvolvimento físico e, em menor escala, também moral e civil da população (1844:188-189). A imagem do Brasil como um país formado por uma população mestiça o qualificava e o distinguia dos demais, mantendo a ideia do brasileiro como herdeiro do mundo luso e da civilização europeia. A participação das raças indígena e negra na formação do povo brasileiro era fundamentada, a partir de uma argumentação filantrópica, buscando enfatizar uma empatia cosmopolita frente às diferenças étnicas e culturais.

A história do Brasil deveria focar no aprimoramento das três raças. A miscigenação ao mesmo tempo em que é o resultado de um processo histórico deveria ser utilizada como uma chave de leitura para apreender a realidade brasileira, a partir do estudo de seu passado, presente e futuro. Para compreender o papel das raças na formação do povo brasileiro seria necessário estudar cada uma delas de forma isolada, inicialmente, para depois verificar o contato entre elas e suas relações dinâmicas.

O indígena deveria ter a sua natureza primitiva estudada, principalmente por trabalhos etnográficos, focados na observação direta, estudo da língua, comparação com povos vizinhos e atividades espirituais (*Idem*:191). O autor acredita que os índios brasileiros seriam descendentes de uma antiga civilização grandiosa, que se encontrava em decadência durante a chegada dos portugueses. A língua deveria ser a primeira coisa a ser estudada, uma vez que permitiria o estudo de suas crenças religiosas, regras de condutas

internas e com outros povos bem como seus hábitos, costumes e usos medicinais. O estudo comparativo com outros povos primitivos da América Latina deveria ser realizado.

O estudo do português, o elemento branco, deveria englobar a inserção do Brasil com o mundo português europeu e sua chegada ao continente americano. A compreensão do funcionamento do império ultramarino português, sua expansão e atuação no comércio internacional deveriam ser vistos como um todo; estudados desde os séculos XV e XVI; inserindo o novo país na lógica da comunidade internacional a nível mundial e no sistema colonialista. Grande ênfase deveria ser dada à legislação lusitana e ao funcionamento de sua administração.

O estudo das relações eclesiástica e monacais foram apontadas por Von Martius como campos profícuos. A atuação das ordens religiosas no Brasil, principalmente no período colonial, teria sido um dos maiores fatores no processo de civilização, onde os arquivos das ordens seriam fontes para pesquisas documentais, principalmente os arquivos jesuítas. Ainda, a continuidade do mundo português e no brasileiro deve-se a uma tradição intelectual em comum, trazida inicialmente por estes missionários. Por fim, o autor ressalta a importância da conquista do interior do território nacional pelas entradas, verdadeiros ícones do espírito aventureiro do português que levaram à ampliação do terreno e descobrimento de riquezas (*Idem*:197-199).

O negro é o último elemento racial assinalado por Von Martius, mas de forma breve e em apenas dois parágrafos. O estudo dos negros versaria sobre sua condição de importados, seus costumes, seu comportamento civil, crenças e formação moral. A experiência portuguesa com o tráfico negreiro colaboraria para a compreensão do movimento colonizador.

Quanto às relações de Portugal com seu império ultramarino, o autor enxerga a possibilidade de um fluxo em ambos os sentidos entre colônia e metrópole no que tange às ideias, pessoas e mercadorias.

O encontro das raças, como eixo central da compreensão histórica brasileira, deu-se de diferentes formas ao longo do território nacional, sendo necessário o estudo de suas singularidades regionais e locais. A história regional e seus estudos possibilitariam construir uma ideia de unidade nacional, a partir da fusão do estudo de províncias similares. A realização de viagens de exploração para conhecer o país exerceria fundamental papel nesta empreitada (*Idem*:201-203).

Após vincular o processo histórico às concepções de existência e características do meio, Martius sustenta a defesa da história como mestra da vida, cujo papel seria propiciar informações para a compreensão do tempo presente para construir um futuro seguro e desejável. Seria ela a principal responsável por criar laços entre as diferentes regiões do país, o que asseguraria a manutenção da unidade territorial nacional mesmo com a existência de diferenças.

A tese de Von Martius é considerada por muitos cientistas, sócios contemporâneos, como o primeiro plano para o desenvolvimento da historiografia brasileira, sendo o primeiro responsável a delimitar o que viria a ser o mito da democracia racial. Segundo José Reis:

“Surgiu do seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-nação, que se entranhou profundamente nas elites e população brasileira. Von Martius lançou os alicerces do *mito da democracia racial brasileira*. Para ele, a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças.” (REIS, 1999: 26).

Os sócios do HGB buscaram na Europa a concepção de história que utilizariam em seus estudos. Este conceito teria como fundamento a busca pela objetividade com base no estudo sistemático de documentos históricos e demais fontes. A escrita historiográfica realizada nos auspícios desta instituição era consoante com os ideais centralizadores da monarquia brasileira, a quem seus membros deviam lealdade e o dever de erguer os alicerces para a construção da identidade nacional brasileira (RODRIGUES, 2001: 83).

### **2.3. Origens nacionais portuguesas**

No transcurso do século XIX, o Brasil emancipou-se politicamente, contudo, não era uma nação. Os membros cultos da sociedade que compunham os salões do IHGB, visando suprir esta necessidade, buscaram encontrar em eventos passados os elementos capazes de fortalecer, ou mesmo dar origem, os elementos nacionais dos “brasileiros”.

Segundo Márcia Naxara, esta tarefa não ficou restrita ao campo historiográfico. Além da História, na literatura houve importantes contribuições à construção de um passado, e na formação de uma história brasileira comum e na determinação de suas origens. Estas duas atividades intelectuais, unidas pela construção da nacionalidade brasileira, foram definidoras de um sentido explicativo para o presente através da articulação de eventos antigos (NAXARA, 2000: 48).

Ressalta-se que dentro do quadro societário do IHGB figuravam vários escritores reconhecidos dentro do cânone imperial, responsáveis pelo desenvolvimento do romantismo literário que pretendiam modelar o povo brasileiro rumo a uma sólida nação (KOTHE, 2000). Ainda, Paz salienta que apesar de unidas, a História agarrava-se às questões do dever, pontuando as mudanças da marcha civilizatória da humanidade, enquanto a literatura preocupava-se mais com o ser e seus valores permanentes (1997:246).

Dentre os elementos selecionados como representativos da nação brasileira, foram escolhidos pelos intelectuais deste período a natureza e a população. Esta foi formada do contato de três raças – o índio, o branco e o negro -; sendo o principal elemento definidor do brasileiro (VELOSO & MADEIRA, 1999).

O branco e o índio foram os elementos eleitos como positivos na formação do brasileiro. Os negros foram praticamente ignorados pelos autores do IHGB, ou quando mencionados apareciam em situação inferior ou contrária à “civilização” moderna e à nacionalidade brasileira. Assim, verifica-se que o Brasil era plural, contando com membros não apenas europeus em sua composição. Apesar de mestiça, seus elementos originários eram apresentados de modo diferenciado qualitativamente. Os intelectuais do IHGB buscavam conhecer e pensar estes elementos marginais, mostrando a capacidade brasileira em se integrar no mundo ocidental e ao seu possível reconhecimento como um país civilizado do mundo ocidental (PAZ, 1996:29). Neste diapasão o estudo da realidade social brasileira era necessário para a seleção dos elementos capazes de fortalecer os traços identitários entre as diferentes regiões do país.

Como visto anteriormente, a história brasileira era vista pelos sócios do instituto como atrelada à história europeia, sendo a colonização portuguesa o fator capaz de integrar o Brasil no grupo das nações civilizadas. Dentre os elementos atribuídos aos portugueses, estavam o uso da língua portuguesa, a difusão do cristianismo, a forma de governo e a legislação. Contudo, a busca por elementos capazes de assinalar a singularidade brasileira no mundo ocidental frente às demais nações ocidentais também era necessária, para reforçar a independência do Brasil frente à sua antiga metrópole.

Dentre os fatos importantes da história brasileira capazes de fornecer conhecimento sobre o presente estava o sistema de colonização empregado por Portugal

(MELLO, 1871). Os membros do instituto em diversos momentos consideraram a atitude portuguesa perante sua colônia como errônea e marcada pelo descaso e má vontade.

O Visconde de São Leopoldo, na primeira edição da revista do instituto, acusou Portugal de boicotar o desenvolvimento de sua própria colônia, o que representava um reconhecimento português da superioridade, mesmo que potencial, do Brasil colonial. A insegurança portuguesa resultou em um domínio despótico, que cerceava seu desenvolvimento – como o não investimento em universidades, industrialização e gráficas. Este autor acreditava que o Brasil havia chegado à civilização devido à Providência e a atitude de poucos e sábios governantes que esporadicamente emergiam na história nacional (1839).

Em sua análise, São Leopoldo utilizou as teses de Cousin, pensador francês do determinismo geográfico, apontando que pela observação da geografia física, da flora e fauna, e da localização da colônia brasileira já se podia antever um futuro promissor. (*Idem*:77). Assim, ao se deparar com uma rica e exuberante natureza, e da vocação brasileira em se destacar no mundo civilizatório, os portugueses se sentiram inseguros, pois temiam a superação da metrópole pela colônia. Os entraves do progresso do Brasil seriam frutos da colonização portuguesas, reflexo da condição do atraso de Portugal frente às demais nações.

A crença nos ideais da ilustração como as forças motrizes da história e do espírito humano teria levado o Brasil a prosperar e se tornar independente. Para São Leopoldo, um futuro grandioso espera o país, de forma que os entraves passados e do presente figuravam apenas como pedras no longo caminho a ser percorrido. O mesmo entendimento pode ser visto no trabalho de Caetano Alves de Sousa Filgueiras (1856).

A colonização brasileira foi tida por Filgueiras como um passo rumo à entrada do futuro país ao mundo civilizado. Dentro de uma perspectiva linear de tempo e espaço, o autor via o “descobrimento” do continente americano como um requisito para a continuidade do progresso humano, inserindo o Brasil no mapa do mundo ocidental civilizado. Contudo, esse movimento de progresso foi obstaculizado pela cobiça excessiva do colonizador português (1856: 403 e 408).

Este mesmo autor enxergou no projeto de defesa do território e na colonização portuguesa um resultado da falta de capacidade da metrópole em investir na colônia. A atuação da administração portuguesa no Brasil colonial seria revestida de um caráter



casuístico, onde não havia um plano prévio, mas apenas uma atuação que ia concretizando-se segundo as exigências dos momentos. Assim, a implantação do sistema de capitanias teria sido a única alternativa possível para conservar a colônia, naquele determinado momento histórico (*Idem*: 418).

Fernandes Pinheiro (1871) questionou o uso do sistema de capitanias, devido à sua incompatibilidade com o vasto território colonial brasileiro e a distância do mesmo em relação à metrópole, bem como os riscos que o êxito desta iniciativa poderia significar para o Brasil. O uso do sistema de capitanias, ainda, foi interpretado como uma das origens da excessiva autonomia das províncias, o que teria originado ao potencial desmembramento do império brasileiro tardiamente. Vale lembrar que a temática da descentralização política e o baixo grau de união identitária entre as regiões brasileiras eram tidas pelos membros do IHGB como barreiras à consolidação da nação brasileira.

Pinheiro alega que não havia de fato um sistema colonial português sólido, apontando que a formação do império brasileiro se deu pela condução da Providência, pela causalidade. Assim, afirmava que Portugal não tinha estrutura para participar de modo ativo na empreitada colonizadora, devido principalmente à sua pequena população. A única contribuição positiva teria sido a formação do Governo Geral, onde o Estado português atuou de forma mais direta.

Homem de Mello (1871), por sua vez, possuía uma visão mais positiva da colonização, inserindo a complexidade da temática no contexto amplo da formação do império ultramarino português, pensando a colonização brasileira em seu todo de forma historicizada. Afastava-se, assim, da visão recorrente entre os sócios do IHGB da colonização portuguesa como origem dos problemas nacionais brasileiros.

Este membro do instituto traz o cristianismo como força motora da colonização, responsável por construir um país vasto e dotado de alguma homogeneidade cultural. A colônia foi apresentada como um país farto, dotado de várias oportunidades e promessas para os imigrantes. A elite brasileira destacada no discurso de Homem de Mello valorizava o trabalho, tendo se mantido pouco miscigenada, separando-a da massa popular considerada preguiçosa, inculta e mestiça. A melhor proposta de colonização para o autor seria o incentivo à imigração de casais.

Homem de Mello aborda o passado colonial brasileiro de forma grandiosa e marcada pela ação de homens que apesar da origem simples foram capazes de manter

valores civis europeus. A ideia dos portugueses como povo atrelado às origens da civilização ocidental foi destacada para criar um laço de continuidade entre o grandioso passado dos helenos e fenícios, bem como dos míticos argonautas. O uso da memória de antigos impérios foi utilizado para engrandecer e legitimar a nova e nascente nação brasileira (RODRIGUES, 2001:95).

A atuação dos colonos foi apresentada pelos sócios do IHGB pela busca rápida de riquezas, o que teria levado aos confrontos violentos com os autóctones. Aqui, os historiadores e escritores românticos defendiam o indígena e condenavam as práticas violentas realizadas pelos portugueses, que deveriam ser os representantes da civilização no novo mundo. Neste sentido, Cunha Barboza (1839) critica a morte de um elevado número de índios ao longo do século XVII. A colonização teria motivado a ação de ambiciosos e o espírito imediatista, tendo sido prejudicial à inclusão do indígena na civilização; esta última ocorrendo pela catequese e o uso de sua mão-de-obra na lavoura. A cobiça teria estado presente também entre os membros da Igreja e da administração portuguesa, não estando restrita aos homens mais simples envolvidos na colonização.

Apenas alguns membros da realeza e dos jesuítas, envolvidos diretamente na catequização dos indígenas e na moralização da sociedade colonial escaparam às críticas de Cunha Barboza. Simpatizante da obra dos jesuítas, este autor viu sua atuação como o modelo de inclusão dos autóctones na sociedade ocidental.

Nota-se que muitos dos estudiosos do IHGB julgavam o passado, ao identificar os erros capazes de explicar o presente e fornecer norteadores para o futuro. O primeiro momento da colonização portuguesa foi marcado pela pouca programação de ações e pela busca de riquezas imediatas, o que prejudicou a formação do Brasil, pois a violência foi utilizada contra o povo e a natureza do novo país.

Quanto ao uso de degredados como colonos, prática que apenas encerrou-se em 1822, havia o grupo dentro do instituto que defendia a nocividade desta prática - identificando como o mal originário, afirmando que o Brasil fora colonizado por pessoas moralmente inferiores – e outro que desmentia esta tese, ressaltando a baixa gravidade dos delitos punidos com o degredo, o excessivo rigor dos juízes portugueses e a capacidade de regeneração propiciada pelas novas condições de vida no Brasil colonial.

Gonçalves Dias (1867) atribuiu aos degredados a origem das mazelas da sociedade brasileira. Estes homens empregados de forma maciça nos primórdios da

colonização eram imorais e desprovidos de qualidades, realizando badernas e proliferando conflitos com os locais. Além de prejudicar a vida dos bons homens, forneciam exemplos ruins para os autóctones, ensinando-lhes seus vícios (*Idem:277*). Esta prática teria levado à perda de respeito pelos brancos dos nativos, pondo em risco a conquista portuguesa. Ainda, os degredados teriam sido os principais responsáveis pela falha em introduzir os índios à civilização durante o período colonial.

Homem de Mello, por sua vez, ressaltava que Portugal era um país pequeno e pouco populoso, portanto, com pequena disponibilidade de recursos humanos para a empreitada colonial. Assim, o Brasil foi colonizado pelos considerados excluídos do reino. Contudo, o autor salienta que se deve ter em mente que as leis portuguesas eram muito rigorosas, por este motivo, o número de condenados ao degredo era tão alto. Ao fazer, uma análise relativista dos efeitos negativos do uso de condenados ao degredo na colonização brasileira, este autor afirma que as influências negativas potenciais do uso de degredados na formação do brasileiro teriam sido anuladas pela capacidade regeneradora da pena e pela superação numérica e moral da emigração espontânea e remessa frequente de tropas e de casais (MELLO, 1871).

Fernandes Pinheiro também criticou o rigor da legislação portuguesa e lembrou que o uso de pessoas condenadas ao degredo para práticas colonizadoras não foi um feito exclusivo dos portugueses. Os degredados seriam pequenos delatores e não exatamente criminosos. Ainda, os jesuítas teriam importante papel na regeneração dos mesmos, mesmo tendo como principal objetivo: a catequização e conversão dos indígenas. Para este autor, o uso de degredados não teve nenhum caráter negativo para a formação do brasileiro e do país (PINHEIRO, 1871: 118-119).

Pelo que foi brevemente exposto, verifica-se que este tema incomodava os membros do IHGB preocupados em articular uma identidade nacional brasileira. Os degredados eram brancos, tidos como superiores aos autóctones e aos negros, porém eram associados a conflitos e tumultos. Quanto à colonização portuguesa, seu principal êxito foi o estabelecimento de certa unidade religiosa, política e linguística; elementos capazes de justificar a existência de uma nação brasileira. Os portugueses representavam o elo com a civilização ocidental, apesar de sua atuação colonial ser bastante criticada – sendo taxada de casuística e descentralizada -, bem como movida pela cobiça: elementos que prejudicavam a construção de uma nação moderna (RODRIGUES, 2001:104).

#### **2.4. Elementos singulares e obstáculos frente à inserção na modernidade**

Para compreender como IHGB abordou a população brasileira é importante lembrar que seus membros eram ligados a grupos urbanos comprometidos com ideais modernizadores. Preocupavam-se em difundir os calores capitalistas liberais correntes do século XIX, associados à concepção de mundo ocidental civilizado. Estes intelectuais queriam incluir a população brasileira nos padrões modernos; focados em uma moral do trabalho. Temas como a miscigenação, a população indígena autóctone e a escravidão foram centrais na medida em que salientavam aspectos singulares e controversos sobre as origens da nova nação brasileira.

Como visto anteriormente, Von Martius consagrou o modelo analítico historiográfico brasileiro tendo como ponto de partida o contato e a mistura das raças, caracterizando o Brasil como dotado de uma população mestiça. A mestiçagem da população brasileira não foi vista como negativa pelos intelectuais do IHGB, mas como importante para o aumento numérico da população, e como mão-de-obra. Joaquim Machado de Oliveira (1846) viu a mestiçagem como uma alternativa para a ocupação de terras, uma estratégia positiva do colonizador. O casamento entre brancos e índias era, até mesmo, incentivado de forma a tornar a miscigenação uma prática natural. Joaquim Norberto de Souza e Silva (1855), por sua vez, via a mestiçagem como uma estratégia para o aumento da população cativa, escrava. A miscigenação permitia que grande parte da população indígena fosse considerada branca, diante das vantagens que esta classificação lhes atribuía.

Couto de Magalhães (1873) realizou uma defesa da miscigenação dos brancos e índios em solo brasileiro. Os grupos resultantes do contato entre indígenas e brancos eram considerados os mais inteligentes e detentores de maior aptidão intelectual. Ainda, todos os mestiços estariam aptos ao trabalho. Este autor defendia o branqueamento da população, afirmando que a situação do Brasil como um país de pessoas de pele escura era transitória, algo a ser corrigido pela imigração de europeus com o passar dos anos (*Idem*: 470). Há aqui a defesa de uma tese monogenista, onde o autor vê no branco o mais perfeito estágio do elemento humano. Ao se misturar com outras raças, a superioridade branca difundiria suas características superiores, tanto físicas quanto psicológicas.

José Veríssimo (1887) ligava a miscigenação brasileira a um movimento maior em curso em todo o continente americano, onde havia ocorrido um cruzamento de todas as raças indígenas com as europeias, levando a uma mescla de povos e raças e à inexistência de uma raça pura. Aqui, a ideia de raça figura como uma noção mais biológica, onde as atribuições culturais são sintetizadas em uma noção de povo. A própria miscigenação desponta como um fenômeno não exclusivo do Brasil mas comum em toda a América. Ainda, o sucessivo cruzamento de mestiços com brancos levaria a um branqueamento da população.

Este historiador ressaltava que a “decadência” do povo brasileiro não foi fruto da miscigenação mas sim da degradação moral das raças puras envolvidas previamente ao seu cruzamento, devido aos choques violentos entre os povos (*Idem*:310).

Dentre os textos selecionados podemos observar uma visão pouco negativa da miscigenação do povo brasileiro. A externalidade da mistura racial era tida como provisória dado o caráter superior da raça branca e à continuidade da imigração de europeus. Esta singularidade brasileira seria vista ao longo prazo como seu elemento diferenciador, uma vez que teria sido responsável por adaptar os brancos aos trópicos.

Os indígenas, por sua vez, eram apontados como problemas a serem resolvidos pela produção intelectual do instituto. Estes elementos estavam excluídos do processo da valorização da cultura europeia. Era necessário tornar conhecido o elemento autóctone do povo brasileiro dado sua numerosidade e potencial humano disponível para o trabalho. Segundo Guimarães, o estudo do indígena estava relacionado à concepção de história adotado pelo IHGB, que buscava inseri-los em um contexto de progresso da civilização (GUIMARAES, 1988:11). Francisco Paz resalta que os indígenas foram abordados de uma forma ideal, romântica. Principalmente no que tange à busca de suas origens singularidades, sendo apresentado como exóticos e capazes de se adaptarem ao mundo civilizado. O índio combinaria as virtudes do bom selvagem e levaria à recuperação de um mito de origem, atrelado à um passado mítico (PAZ, 1996:222). Segundo Rodrigues:

“(…) o tratamento dado aos índios pelo IHGB estava também relacionado à preocupação que seus sócios tinham em relação à modernização do país. A questão que estava por trás de boa parte dos estudos de cunho etnográfico do IHGB dizia respeito à possibilidade de inclusão do índio no mundo ocidental, principalmente em relação à capacidade de promover com eles uma ‘educação para o trabalho’” (2001:115).

Januário da Cunha Barboza desenhou uma imagem passiva do indígena, onde suas atitudes eram apenas responsivas às ações dos colonizadores brancos (1839:164). A preocupação maior do autor foi a de comparar os índios com os negros como potencial mão-de-obra. Os índios poderiam se constituir em trabalhadores desde que fossem bem tratados e educados, e civilizados pela atuação do cristianismo. Gonçalves Dias apresentaria os jesuítas como aqueles que realizaram tal tarefa (1854:140). Os indígenas reuniram a ignorância e inconsistência próprias de uma criança e a incapacidade de aprender (DIAS, 1867: 259).

Souza Silva via no estudo das línguas e costumes indígenas o caminho para compreender as relações existentes entre as tribos e seu nível civilizacional (1855:103-309). O autor afirmava que os índios brasileiros descendiam de uma antiga nação, que havia se fragmentado e dado origem às diversas tribos, fazendo uso das narrativas orais e da memória coletiva das tribos indígenas, de caráter oral.

A concepção de decadência do indígena e da existência de uma grande nação anteriormente era atraente para os membros do IHGB, pois reuniam elementos de um passado glorioso, perdido no tempo, capaz de reunir em uma narrativa identitária a identificação do povo brasileiro com uma raça primitiva. Contudo, não havia consenso entre os integrantes do instituto quanto ao nível de civilização que os indígenas brasileiros se encontravam. Neste sentido, o estudo dos costumes, aparência física e organização social dos índios eram comparados com os da civilização ocidental civilizada, sendo este o paradigma destes intelectuais.

Dentre o estudo descritivo dos indígenas Gonçalves Dias é um dos autores que se destaca, ao fornecer uma descrição dos costumes, usos e atributos físicos destes elementos, principalmente dos índios Tupis. Este povo seria menos bárbaro que os Tapuias e responsável pela origem autóctone do moderno povo brasileiro (DIAS, 1867:30). Os Tupis são apresentados pelo autor como um povo conquistador vindo do norte, e dotado de caráter estrangeiro.

Gonçalves Dias não enxergava a população indígena como homogênea, assinalando que esta categoria continha uma vasta gama de distintas culturas. Caberia ao governo a criação e a implementação de políticas diferenciadas para abordar cada grupo, em razão de suas especificidades sociais e biológicas, para incluí-los ao mundo civilizado.

Os Tupis são tidos como dotados de aptidões físicas e morais superiores que lhes garantiam o êxito como um grande povo guerreiro. A força física, a coragem e o controle corporal em face da fome e da dor são elementos desenvolvidos no treinamento dos jovens guerreiros indígenas. Ressalta-se que Gonçalves Dias enxerga no uso da educação e de bons tratamentos como instrumentos para trazer os índios para mais próximo das sociedades modernas (*Idem*:95,141). Assim, sustenta a tese de que os índios de origem tupi são mais do que capazes de assimilar a cultura ocidental e de contribuir de forma positiva para o seu desenvolvimento.

Desmistificando a ideia de que o indígena seria preguiçoso e não estaria apto para o trabalho, o mesmo intelectual afirma que o trabalho era presente no mundo indígena, mas em termos diversos do exigido pela sociedade moderna. A desnecessidade do trabalho ocorria devido a um meio em que as terras eram abundantes e havia escassez de mão-de-obra. O capitalismo, diferentemente, depende da separação entre capital e trabalhador, pressuposto impossível nas comunidades indígenas do período abordado. A disciplina necessária para o trabalho marcado pela necessidade não fazia o menor sentido naquelas dadas condições (RODRIGUES, 2001:131).

Percebe-se que os Tupis descritos por Gonçalves Dias foram eleitos como os verdadeiros ancestrais dos brasileiros, sendo detentores de qualidades próximas aos homens brancos. Seriam grandes guerreiros, bem formados e com capacidade intelectual elevada.

Quanto ao uso da escravidão em território brasileiro, Januário da Cunha Barboza afirmou que sua presença, seja em relação ao indígena ou ao negro, foi um grande entrave para a inserção destes elementos – principalmente o indígena – na sociedade brasileira (1839). A escravidão negra também teria sido prejudicial na medida em que os portugueses deixaram de se interessar pelos assuntos indígenas, deixando-os abandonados na mata. Assim a escravidão teria sido prejudicial em dois sentidos:

“(…) a escravidão foi um forte embaraço à civilização dos índios, pois que eles, (...), só fugiam da catequese por medo da escravidão e desconfiados da falta do cumprimento de promessas que lhes faziam. Ainda assim mesmo, algum progresso teria a sua civilização se continuassem as missões; porém estas afrouxaram com a expulsão dos jesuítas e acabaram de todo com a maior introdução dos escravos africanos. (...). Como somos da opinião que só pela catequese se podem desentranhar os indígenas de suas matas e trazê-los aos primeiros caminhos da civilização, cremos (...) que a introdução dos negros é um grande obstáculo a essa empresa.” (BARBOZA, 1839:163).

Os negros deveriam receber o mesmo tratamento dos indígenas, segundo o IHGB: passar pela catequização e por um programa civilizatório bem elaborado. Ainda, em termos econômicos, Cunha Barboza apontava que a escravidão era prejudicial para o desenvolvimento do Brasil, principalmente para a criação de indústrias de manufatura, além dos elevados gastos voltados para a renovação das senzalas.

José Silvestre Rebello (1839), ao contrário de Cunha Barboza, não via nos jesuítas o caminho para a civilização dos indígenas, uma vez que não seriam idôneos, mas sim capazes de caluniar e manipular informações sobre a realidade. Afirmou que a introdução de escravos negros permitiu aos índios uma maior catequização e grau de civilidade, com a redução do trabalho braçal destes últimos, o que lhes deu maior tempo disponível para realizar tal tarefa.

Joaquim Norberto de Souza Silva (1854) sustentou que a escravidão foi a origem de diversas mazelas brasileiras, não sendo restritas aos índios. O uso do trabalho escravo trouxe não apenas vantagens para os brancos, mas também problemas de ordem econômica, social e moral, como por exemplo, atraso para o meio industrial e agrícola e quebra dos padrões morais.

O uso da mão-de-obra escrava foi tido como origem de diversos desvios morais, desde o convívio doméstico até a capacitação dos brancos para o trabalho. Um dos maiores problemas decorrentes da escravidão para a modernização do Brasil foi a desqualificação do trabalho dentro da sociedade brasileira. Apesar de alguns autores considerarem necessário o uso do trabalho escravo africano, esta temática não era vista com bons olhos pelo IHGB. A indústria escravocrata teria ocasionado entraves para a civilização dos indígenas, gerado gastos que prejudicavam o desenvolvimento da agricultura e da indústria, corrupção dos senhores de escravos e o uso de práticas imorais. A escravidão representava um obstáculo ao progresso naquele momento histórico, bem como uma barreira à modernização da economia e do uso do trabalho assalariado.

A atuação do IHGB no século XIX era marcada pelo fim iminente da escravidão. Neste sentido, seus intelectuais questionavam a possibilidade de incluir o Brasil aos moldes europeus, tanto econômicos como sociais. O instituto servia como um fórum de discussão para os problemas brasileiros. Estes, para serem definidos, dependiam de como se daria a substituição da mão-de-obra escrava por uma assalariada branca, dado que o



uso da primeira era considerado como um atraso pelo mundo ocidental civilizado e a última estava afinada com os moldes modernos europeus.

### **CAPÍTULO 3) IDENTIDADE NACIONAL E RECONHECIMENTO**

A historiografia produzida pelo IHGB integrava um discurso que tinha o objetivo de estabelecer um vínculo entre os cidadãos do recém-nascido Brasil independente. Desde Vico e Herder, os laços emocionais são tidos como basilares para estabelecer a união de uma nação, onde os indivíduos são moldados por seus contextos específicos e almejam se aperfeiçoar a partir das relações com os outros. O Brasil encontrava-se deseioso de alcançar o status de uma nação moderna, e para isto deveria mostrar sua capacidade em contribuir e ser útil ao mundo civilizado. Assim, um projeto nacionalista brasileiro que almejasse colocar o Brasil no universo da civilização ocidental deveria destacar os seus vínculos com as nações consideradas modelos a serem seguidos e apontar suas singularidades, seus elementos autóctones, aquilo que o tornava único no rol das nações do século XIX.

Uma nação que deseja ser reconhecida, tanto no âmbito interno quanto no externo, deve possuir uma história oficial, um conjunto de saberes capaz de conhecer o seu passado e articular seus elementos para compreender sua realidade, seu presente, e vislumbrar o seu futuro, criar expectativas quanto ao mesmo. O IHGB institucionalizou a produção historiográfica brasileira do período em questão, e foi o órgão encarregado de escrever a história nacional e de acordo com requisitos metodológicos adotados pela Europa do século XIX, considerados como critérios de elaboração de um saber verdadeiramente científico. Tinha como tarefa, também, realizar um revisionismo histórico sobre o que havia sido produzido sobre a história nacional, sendo esta prática um instrumento do nacionalismo oficial.

A instituição era vinculada ao aparelho estatal brasileiro, seja por seus membros – muitos deles vinculados diretamente à administração imperial – ou pelo financiamento público de seus gastos. Cabe lembrar que o próprio D. Pedro II frequentava as reuniões do colegiado dos sócios do instituto, principalmente após 1849. Desta forma, sua produção intelectual defendia a política centralizadora do Império, que buscava manter a integridade do território nacional.

Neste sentido podemos enxergar uma relação com as ideias de Mill, defensor da união de uma nação a um Estado com um território consolidado, seguro e estabelecido. A aproximação do Brasil das demais nações modernas e civilizadas deveria decorrer de um nacionalismo que articulasse os elementos históricos do país, mostrando as características comuns que compartilhavam, bem como seus atributos autóctones e

particulares, e sua posição no cenário internacional. O discurso historiográfico brasileiro mostrava suas continuidades com o velho continente, ao destacar o uso da língua portuguesa, a adoção da forma monárquica de governo, o cristianismo e o aparato jurídico-legal, por exemplo. Contudo, a narrativa continha traços liberais, na medida em se queria mostrar o Brasil, como um país culto e moderno, dotado de valores civilizados. Aqui, o discurso nacional brasileiro mostra sua face ideológica, como aponta Mill, articulando elementos liberais, tidos por este autor como positivos na construção da identidade nacional por assegurar um maior grau de liberdade e direitos a seus membros. Lorde Acton também apontava para o caráter instrumental do nacionalismo, passível de ser articulado por ideologias para os mais distintos fins.

Ao mesmo tempo, as ideias propagadas pelo IHGB também seguiam critérios objetivos, proto-nacionais, como apontados por Hobsbawm. Os sócios do instituto preocupavam-se em enfatizar a comunhão da língua e da religião em todas as regiões do país, como elementos capazes de articular a população. Até mesmo os elementos étnicos eram levados em consideração, ao tentarem incluir o negro e o indígena como elementos identitários do povo brasileiro, com a noção de miscigenação.

Parece-nos correta a afirmação que as nações são criações humanas, construções sociais passíveis de adaptações e reflexos de seus contextos históricos. Assim como Gellner, Anderson acredita que o nacionalismo constrói nações através da articulação de elementos históricos comuns, sendo estes selecionados ou criados segundo as ideologias e interesses envolvidos. Nada mais claro no que tange ao projeto realizado pelo IHGB.

O caráter mutável do discurso nacional deve-se à sua estrita relação com os embates de identidade que ocorrem entre diferentes grupos humanos, seja em termos nacionais ou internacionais, ambos eram frutos da busca de afirmação de distintas e diferentes identidades nacionais, sua capacidade de expressão e de coexistência. Cabe lembrar que os projetos nacionalistas são reflexos dos jogos de poder, capazes de mobilizar e abandonar certos elementos identitários (lembranças e esquecimentos).

Eley e Suny ao se manifestarem sobre os vínculos existentes entre os campos culturais e políticos na construção das nacionalidades e no fenômeno do nacionalismo afirmam:

“Então, se a política é o terreno sobre o qual foi primeiro proposto se basear a categoria de nação, cultura foi o terreno onde isso foi elaborado e, neste sentido, nacionalidade é melhor concebida como um processo complexo e imprevisível,

decorrente da interação entre cultura e intervenções políticas específicas, que não podem ser reduzidas a um critério estático de linguagem, território, etnicidade e cultura.' (ELEY & SUNY apud RODRIGUES, 2001).

A busca pelo reconhecimento de uma identidade implica seu reconhecimento por outros. A construção de uma nação, e a narrativa utilizada com este fim, contem expectativas para que um povo seja reconhecido frente a outras nações. A falta de reconhecimento pode gerar o ressentimento, uma vez que elementos como autoestima e orgulho são também formadores de identidades. Pode-se concluir, então que a formação de uma identidade nacional é dependente das relações sociais e da presença de um elemento externo, do outro, na elaboração do discurso nacional. Assim, uma nação pode se ressentir por ter falhado em se enquadrar em algum modelo civilizatório (ADAMEC, 2014: 94).

Martin Adamec, utilizando as considerações de William Kymlicka (2001), sustenta que defender a sua própria identidade pode ser visto como um fim em si, sendo que o homem teria uma necessidade de possuir uma identidade, respeitada e conhecida pelos demais. Esta consideração também é válida para grupos e nações. Tendo em mente aspectos liberais, o reconhecimento da identidade nacional e individual é essencial para alcançar e exercer uma maior liberdade e autonomia. Desta forma, o reconhecimento de uma identidade nacional leva à exaltação das características autóctones, singulares de uma nação frente aos demais (2014:96).

Charles Taylor (1991; 2000), um dos maiores defensores do multiculturalismo, afirma que a falta de reconhecimento é uma atitude desrespeitosa, capaz de afetar os indivíduos seriamente, fazendo-os repudiarem a si próprios. A definição de uma identidade - seja nacional, individual ou coletiva – e seu reconhecimento seria fundamental para a vida do ser humano uma vez que estaria atrelada ao seu desenvolvimento moral. (ADAMEC, 2014:97).

Segundo termos sociológicos a identidade é formada de forma reflexiva, isto é, em diálogo com outros seres da sociedade mediante o uso da linguagem e sua possível comunicação. Uma sociedade, um grupo humano, é capaz de fornecer as bases do desenvolvimento identitário e moral de seus integrantes, apresentando componentes morais que seriam os componentes daquela sociedade. O processo de formação de identidades é, em si, dinâmico, relacional e dependente do reconhecimento da singularidade de cada um dos componentes de um grupo e de sua coletividade (Idem: 98).

A defesa e busca de uma identidade é um processo de conquista, de legitimação. A sua negação ou o não reconhecimento afeta tanto o indivíduo quanto a coletividade, mesmo em âmbito nacional, podendo ser vista com uma opressão que impacta negativamente no desenvolvimento da consciência destes elementos. Taylor enxerga a nação como uma forma de comunidade, unida por elementos objetivos que refletem de forma subjetiva na formação de um povo. Assim, o não reconhecimento desta forma identitária leva a uma não legitimação da existência de um povo dentro de um palco coletivo maior: o das nações modernas. Para que uma nação possa existir ela deve ser reconhecida por outras, caso não o seja, as identidades e atributos morais de seus integrantes serão afetados diretamente (ADAMEC, 2014: 99).

A coexistência de diferentes grupos humanos e conseqüentemente, diferentes culturas e modos de viver, exige um reconhecimento e aceitação recíprocos, desde que haja uma intenção dos agentes em compreender as escolhas valorativas de diferentes povos e contextualizar as suas próprias. A valorização das características de um povo, com seus elementos autóctones e singulares, decorrem de uma necessidade pautada pelo não reconhecimento do outro, onde há espaço para uma relativização e desprezo das características de outros povos que não reconhece a outra identidade. (Idem: 100).

Axel Honneth (1996) possui entendimento similar, ao defender que o desenvolvimento dos povos em sociedades depende do reconhecimento de suas identidades singulares. A busca pelo reconhecimento seria, para este autor, a força motriz do aprimoramento humano ao longo do tempo, que possibilita uma maior autonomia dos indivíduos e dos povos. O aperfeiçoamento do ser humano decorre da afirmação de suas singularidades (ADAMEC, 2014:101-102).

Alcançar o reconhecimento implica na aceitação e valorização dos elementos autóctones, atendendo certas expectativas. É um processo e uma necessidade inerente ao ser humano e à nação, em busca do aperfeiçoamento no transcurso do tempo. A nação deve ser valorizada tanto interna quanto externamente, de forma positiva. Apesar de essencial, não é uma conquista automática, mas sim negociada. Cabe lembrar que as nações tidas como superiores, mais civilizadas e desenvolvidas, em termos econômicos, políticos ou morais, são consideradas modelos para outras, que buscam alcançar reconhecimento neste universo considerado civilizado. Independentemente de seu contexto original, o não reconhecimento pode se originar de uma nação não enxergar de forma positiva o padrão universal deste tipo. O modelo importado pelo discurso

nacionalista brasileiro do século XIX é o estado nacional moderno, liberal (ADAMEC, 2015:122-125).

O Estado moderno é uma estrutura - política, social e cultural – edificada no transcurso do século XIX, associado ao mundo ocidental desenvolvido. Este foi o modelo que Greenfeld apontou como a inspiração dos governantes e intelectuais brasileiros ao buscarem o reconhecimento de sua identidade nacional e aprovação perante o Ocidente. Desta forma, o Estado imperial almejava se tornar um ente centralizado, pautado por uma organização e administração guiado por critérios racionais e legais, cultivando em seus membros os ideais liberais (*Idem*: 127).

O IHGB utilizou a história de forma pragmática, com o intuito de desenvolver e disseminar valores e virtudes humanas consideradas civilizadas. A identificação e elaboração de laços primários, sejam eles inventados ou reais, foi feita para atingir a coesão nacional do Estado brasileiro e de seu projeto de nação no século XIX. As concepções de modernização e de progresso presentes na produção intelectual dos membros desta instituição são um espelho dos anseios, tanto institucionais quanto políticos, do contexto histórico brasileiro do período.

Tendo em mente as considerações de Honneth e Taylor, apontadas acima, podemos afirmar que o discurso historiográfico brasileiro apresentado pelo órgão visou o reconhecimento dos elementos identitários específicos da brasilidade, com a intenção de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas e desenvolver seus membros, formando tanto o indivíduo quanto a coletividade sob o aspecto moral. A valorização dos elementos autóctones seria capaz de legitimar o país frente às demais nações. Assim, a narrativa historiográfica do IHGB realçava os elementos positivos e relativizava os negativos, tentando nivelar o povo brasileiro e seu Estado em relação aos outros povos civilizados do Ocidente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi encarregado de organizar documentos e produzir trabalhos em sua revista visando a articulação de elementos que fossem capazes de justificar e explicar a construção da nação brasileira. Com este objetivo em vista, e levando em consideração os cenários políticos e intelectuais vigentes no mundo ocidental de então, seus sócios encontraram no estudo das ciências humanas, sobretudo na História, uma importante ferramenta na seleção dos elementos que iriam definir o novo país.

Seus membros, compostos por uma elite letrada, encontravam-se muito mais em sintonia com as demandas do Estado imperial do que com as problemáticas enfrentadas pelas elites locais. Eram originários de segmentos urbanos, defensores da adoção de medidas capazes de modernizar o Brasil, como o desenvolvimento da agricultura, das indústrias, a problematização sobre as vantagens e desvantagens do trabalho escravo e o uso de estratégias de imigração e de cunho educacional. Assim, as ideias presentes na Revista do instituto versavam sobre um projeto elitista, urbano, intelectual, imperial e pautado por ideais liberais.

Pelo que foi brevemente exposto, pode-se perceber que o conteúdo analisado não evidencia um discurso homogêneo, sendo verdadeiros debates sobre questões consideradas como essenciais para o desenvolvimento do Brasil, de seu povo e de sua nação. O objetivo maior do discurso historiográfico do instituto era a aproximação do novo país àqueles considerados civilizados, modernos. Assim, foram ressaltados os elementos que mostravam alguma semelhança do país com aquelas nações que serviam como modelos, mas sempre apontando a especificidade da identidade brasileira frente às mesmas.

A semelhança para com as nações civilizadas decorria da colonização portuguesa, considerada como o canal de difusão dos hábitos e valores vinculados à tradição europeia ocidental. A herança portuguesa havia possibilitado a propagação do cristianismo e da língua portuguesa em todo o território nacional brasileiro, elementos responsáveis por formar uma base cultural comum de onde a ideia de nação poderia ser articulada. A administração do estado, sua forma monarquista, a base legal e jurídica também foram responsáveis por divulgar elementos civilizatórios.

Contudo, a colonização portuguesa também foi criticada. Vários sócios do IHGB discorreram sobre os vícios decorrentes deste processo, como o uso de degredados e envio de colonos dotados de pouca instrução, tidos como não habilitados para lidar com a natureza do novo território, com os habitantes autóctones e com a escravidão negra. Estes males de origem refletiriam na economia, na sociedade e na formação moral do brasileiro, principalmente na sua ética para o trabalho. Na elaboração do discurso da identidade brasileira - que almejava ser moderna e civilizada – também foi realizada uma ruptura com a herança portuguesa, sendo Portugal vinculado às noções de atraso, de exploração e detentor de um povo mal formado moralmente. Assim, houve a ruptura simbólica com alguns elementos da herança portuguesa, bem como construídos novos valores.

Com intuito de definir os elementos diferenciadores do povo brasileiro frente às demais nações, foi destacada a miscigenação, apresentada pela primeira vez de modo sistemático e operacionalizado por Von Martius. Neste conceito, estavam presentes os negros e os indígenas, unidades que passariam a compor o indivíduo brasileiro. Ressalta-se que a valoração positiva ou negativa da miscigenação não era um consenso dentro do discurso da instituição.

Os indígenas foram abordados por alguns autores como possuidores de um passado mítico, apresentado como uma origem legítima. Na formação da identidade nacional brasileira, os índios eram elementos que representavam uma civilização de passado glorioso, que se encontrava em decadência. Os trabalhos de cunho historiográfico problematizavam o nível de civilização de sua tribo e sua possibilidade, ou não, de ser incluído no padrão comportamental dignos da civilização ocidental.

Concluindo o presente estudo, podemos constatar que o Estado brasileiro foi inaugurado sem uma nação. Nas palavras de Rodrigues “O Estado brasileiro nasceu órfão de nação” (2001:139). Os esforços do IHGB mostram uma tentativa de construir uma nação brasileira com o uso da história, onde o discurso historiográfico vinculava-se a um nacionalismo oficial, a um projeto centralizador do II Reinado. Os sócios deste instituto esforçaram-se por desenvolver um conhecimento científico que fosse valorizado pelas nações modernas do período, buscando os elementos identitários que formassem uma narrativa que abrangesse o passado, o futuro e o presente do Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acton, Baron. *The History of Freedom and other essays*. LONDON: MACMILLAN AND CO., LIMITED, 1907. Uma transcrição deste livro está disponível em: <http://oll.libertyfund.org/titles/acton-the-history-of-freedom-and-other-essays>. Acesso em 25 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. “Nacionalidade”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 23-44.

ADAMEC, Martin. *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. Tese de Doutorado em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, 2014.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da Nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOZA, Januário da cunha. “Discurso Recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo I, 1839, pp.9-20.

\_\_\_\_\_. “Programa: Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso, qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira?”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo I, pp. 123-129.

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

- BITTENCOURT, Feijó. *Instituto Histórico: os fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- CARBONELL, Charles Olivier. *Les sciences historique: de l'antiquité à nos jour*. Paris: Larousse, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autocrática*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- DIAS, Gonçalves. “Brasil e Oceania”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XXX, 1867, pp. 5-192; 257-396.
- \_\_\_\_\_. “Amazonas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XVIII, 1855, pp.5-70.
- ELEY, Geoff e SUNY, Ronald Grigor (ed.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996.
- ENDERS, Armelle. “ ‘O Plutarco Brasileiro’: a produção dos vultos nacional no Segundo Reinado”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.25, 2000, pp.41-62.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Comissão de Literatura, 1970.
- FILGUEIRAS, Caetano Alves de Souza. “Reflexões sobre as primeiras épocas da história do Brasil em geral e sobre a instituição das capitanias em particular”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XIX, 1856, pp. 401-424.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Brasília: Ed. UnB, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Dos nacionalismos*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.
- GREENFELD, Liah. *Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade*. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

GUIMARÃES, Luís Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma nação nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.1, 1988.

HOBBSBAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition: The moral grammar of social conflicts*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOTHE, Flávio. *O cânone imperial*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

KYMLICKA, William. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LAUERHASS, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LIPPI DE OLIVEIRA, Lúcia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de antropologia: região e raças selvagens”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XXXVI, 1873, pp. 359-516.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vols. 3 e 4. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MARTIUS, Karl Friederich Phillip von. “Como se deve escrever a História do Brasil. Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo VI, 1844, pp.389-411.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Access, 1994.

- MATTOS, Raymundo José da Cunha (Marechal). “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XXVI, 1863, pp.121-143.
- MELLO, F. I. Marcondes Homem de. “Discussão Histórica: o que se deve pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil?”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XXXIV, 1871, pp. 102-112.
- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. *BIB – Revista Brasileira de informação Bibliográfica e Ciências Sociais*. São Paulo, n. 56, 2003.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura”. In: *História: questões e debates*. Curitiba: Ed. Da UFPR, vol. 17, n. 32, pp.47-64.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil entre 1870 e 1910*. São Paulo: Atual, 1998.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1995.
- OLIVEIRA, Joaquim Machado de. “Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, desde seu começo até a atualidade”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo VIII, 1846, pp.204-254.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- PINHEIRO, J. C. Fernandes. “Discussão histórica: o que se deve pensar da colonização seguida pelos portugueses no Brasil? ”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XXXIV, 1871, pp. 113-122.
- POCOCK, J. G. A.. *Liguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. “La verbalización de um acto político”. In: \_\_\_\_\_. *Pensamiento político e historia*. Madri: Ediciones Akal, 2009, pp.49 – 65.

POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: Vol.2, n.3, pp.3-15.

REBELO, José Silvestre. “A mesma matéria”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo I, 1839, pp. 129-133.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RENAN, Ernest. “What is a nation? ”. In: Eley, Geoff e SUNY, Ronald Grigor (ed.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford university Press, 1996.

\_\_\_\_\_. “O que é uma nação? ”. Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2016.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “*O amor da pátria, o amor das letras*”: as origens da nação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. Dissertação de mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2001.

SANDES, Noé Freira. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

SILVA, Joaquim Roberto de Souza. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XVII, 1854, pp. 109-130.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: \_\_\_\_\_. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, pp. 241-274.

\_\_\_\_\_. *The ethics of authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VERÍSSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazônia”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo L, 1887, pp. 295-390.

Visconde de São Leopoldo. “Programa histórico: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo I, 1839, pp.61-77.

WALLESTEIN, Júlio de. “Memória sobre o melhor plano de escrever a história antiga e Moderna do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tomo XLV, 1882.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.